

cR

Centro
de Referência
Paulo Freire

**Este documento faz parte do acervo
do Centro de Referência Paulo Freire**

acervo.paulofreire.org



InstitutoPauloFreire

TESES SOBRE EDUCAÇÃO
PARTIDO DOS TRABALHADORES

Este documento foi elaborado com o intuito de contribuir com a discussão sobre Educação nos Diretórios Zonais do Partido dos Trabalhadores de Campo Limpe, Santo Amaro, Cidade Ademar e Capela de Secorro. Entendemos que esta discussão não interessa apenas aos profissionais da Educação, mas a todos os militantes e simpatizantes do PT. Não esperamos ser uma única tese, pois todas as visões terão espaço para apresentação e discussão.

Encontro: dia 11 de fevereiro de 1.989.

Temas desenvolvidos nesta Tese:

1. Construir novos barcos e navegar novos horizontes;
2. A escola que temos e a escola que queremos;
 - 2.1. O sistema capitalista e a Educação;
 - 2.2. Da escola pública burguesa "competente" à construção da escola pública popular transformadora.
3. Espaços Alternativos de Educação popular;
 - 3.1. Espaços Alternativos;
4. Questões Específicas:
 - 4.1. Educação especial
 - 4.2. Educação de adultos
 - 4.3. Educação infantil
 - 4.4. Universidade
 - 4.5. 1º e 2º graus
5. Lutas e reivindicações.

1. CONSTRUIR NOVOS BARCOS E NAVEGAR NOVOS HORIZONTES

O Bateau Mouche naufragou em dezembro último. As águas já vêm entrando nos cascos da Nova República há muito tempo. Afundá-la é uma questão de ação, de tempo e de termos um projeto político. A preparação da Greve Geral é nossa resposta a mais um pacote econômico de Governo Sarney.

O medelo econômico de arrocho salarial, desemprego, estagnação econômica é sustentado pela coerção e assassinato de companheiros (operários da CSN, Chico Mendes, etc.). Cabe lembrar que nos últimos 45 dias de 1988 foram assassinados noventa companheiros, entre trabalhadores rurais, sindicalistas, padres e advogados que lutam pelas suas reivindicações e pela posse da terra. Nos últimos oito anos, houve mais de mil assassinatos (com menos de dez casos apurados), e também por ações paramilitares de direita (bomba na associação da Defesa da Moradia no dia 14 de janeiro de 1989).

Corrupção e pauperização dos serviços públicos são formas da burguesia manter seus privilégios às custas dos trabalhadores. Transporte, saneamento básico, saúde, moradia e educação são serviços pagos pela população através de impostos, mas que não tem retorno devido a uma política expropriativa da Nova República e do FMI. Os trabalhadores colocaram o Brasil em posição privilegiada: é a sétima economia do Mundo. Em contraposição, os trabalhadores não usufruem de sua própria produção de riqueza: é o sexto país em desnutrição infantil, possui 28 milhões de analfabetos, 30 milhões de menores carentes, 86 milhões de brasileiros que se alimentam com menos de 2.240 calorias diárias, apenas 4 milhões de crianças matriculadas no pré-escolar, 59, 2% de crianças paulistanas não escolarizadas, etc.

Não queremos reformar ou melhorar o barco da Nova República. Queremos é construir uma sociedade radicalmente diferente, baseada no fim de toda a exploração do Homem pelo Homem. Queremos uma Sociedade Socialista.

2. A ESCOLA QUE TEMOS E A ESCOLA QUE QUEREMOS

A Educação da classe trabalhadora no sistema capitalista, acontece de diversas formas (greves, enfrentamento com a burguesia) e em diversos níveis de elaboração e apreensão teórica do real.

A construção da Escola Pública e Popular é um espaço político a ser conquistado para essa finalidade.

Além disso, é necessário refletir sobre a importância da criação de uma educação alternativa dentro dos Sindicatos e Associações comprometidos com a construção de uma Sociedade Socialista.

2.1. SISTEMA CAPITALISTA E EDUCAÇÃO

É impossível uma análise verdadeira das condições educacionais do país sem nos pautarmos por uma discussão imprescindível: a compreensão da dinâmica de funcionamento da sociedade brasileira enquanto sociedade capitalista, ou seja, uma sociedade de classe, construída através das divergências de interesses entre capital e trabalho.

Nas chamadas sociedades civilizadas, a educação deixa de ser uma prática cotidiana e disseminada nos diversos atos e relações dos grupos sociais, instituindo-se o "locus" privilegiado para a sua realização: a escola. Desta forma, apenas na escola se aprende, apenas na escola se ensina.

Esta acaba assumindo o papel de centro produtor do saber: o local onde pessoas equipadas com o conhecimento tecno-científico estão incumbidas de transmitir a outrém, preconcebidos como desprovidos de conhecimento, o saber que efetivamente irá garantir o funcionamento da sociedade.

A sociedade capitalista se apresenta claramente como a sociedade da mercadoria e, também, da alienação do trabalho. As relações entre as classes, no interior dessa sociedade, assume a forma de uma relação entre produtos e produtores do trabalho, uma relação entre mercadorias. A educação, inserida nesta sociedade, sofre o seu processo de fetichização.

Desta forma, uma escola, assim como uma fábrica, assume as feições de um centro de produção de "saber mercadoria", saber alienado.

Junto a outras instituições que compõe a totalidade social, a escola torna-se encarregada da manutenção do "status quo" da sociedade capitalista.

Longe de ser aprodutora de um saber que liberta, a escola, presa à tradição de ser uma escola burguesa, surge como um dos grandes obstáculos na formação da consciência de classe do proletariado, que continua preso à falsa ideologia burguesa do imediatismo, o que de forma alguma contribui para a superação histórica do capitalismo.

No Brasil contemporâneo, por mais que seja sensível aos educadores comprometidos com a educação popular e também aos setores mais empobrecidos da população, o ensino público não cumpre ao acaso toda esta agonizante e caótica situação. Cumpre sim, e de forma brilhante, os desígnios da política educacional que lhe é ditada, qual seja, a política educacional do "sucateamento" e da privatização do ensino público, um país que repassa seus lucros aos credores internacionais do FMI para o pagamento do juro da dívida externa. Assim, a escola deixa até

mesmo de cumprir suas funções básicas de alfabetização, ficando longe de ser uma "competente escola burguesa", a qual está muito aquém de sua característica imprescindível e necessária: ser uma escola pública popular transformadora.

Para tornar as coisas mais claras, seguem-se alguns dados que apesar de ligeiramente desatualizados, indicam poucas mudanças: de acordo com o Censo Escolar de 1977, em São Paulo, mais da metade das crianças matriculadas na primeira série primária não conseguiam ultrapassar a terceira série; apenas pequena parte chegava à quarta série e apenas 11% concluía o 1º grau.

Em 1980, as taxas de analfabetismo no Brasil, sétima economia do mundo, atingia aproximadamente 32%, ou seja, 32,8 milhões de pessoas eram analfabetas. Hoje, nos dias da Nova Republica, esta situação não é muito diferente, pois de forma alguma as autoridades educacionais se preocupam com a implementação de um plano de erradicação do analfabetismo, e que permitiria a democratização e o acesso desta ampla parcela de analfabetos no mundo da linguagem escrita.

Em 1970, o governo militar tentou, através de um de seus decretos, o que instituiu o MOBRAL, erradicar o analfabetismo no Brasil. Acontece porém, que o analfabetismo de forma alguma seria erradicado enquanto perdurasse uma distribuição de rendas tão incongruente entre as diversas regiões e segmentos da população brasileira.

Viu-se desta forma que, juntamente com o desmoronamento da farsa do milagre econômico, as taxas de analfabetismo aumentaram: os 27,6 milhões de analfabetos em 1970, tornaram-se 32,8 milhões em 1980.

2.2 DA ESCOLA PÚBLICA BURGUESA "COMPETENTE" À CONSTRUÇÃO DA ESCOLA POPULAR TRANSFORMADORA

Como este documento não se destina apenas para professores, faz-se necessário destacar algumas informações sobre a crescente pauperização da escola.

A inexistências de recursos pedagógicos (bibliotecas, laboratórios, recursos audio-visuais) combina-se com a falta de profissionais ligados diretamente ao processo pedagógico (em 5.384 escolas existem 74 cargos de bibliotecários apenas). Os salários pagos pelo governo são os mais baixos do mercado. A capacidade de atendimento de vagas é pequena, resultando em classes superlotadas, principalmente nas séries do 1º grau. A evasão escolar e a repetência são problemas também criados pela escola. Empregos estafantes, má alimentação e transportes precários são outros elementos que influem no agravamento desses problemas. Na realidade o estudante-trabalhador acumula duas jornadas de trabalho: na empresa e na escola (trabalho intelectual). A

escola não foi projetada para este estudante.

Quatro aspectos de fundamental importância e a reflexão sobre o papel político da escola. Mesmo que a escola pública tivesse resolvido todos os problemas apontados acima, não seria ainda assim uma escola pública voltada aos interesses da classe trabalhadora.

Quem ensina também passa conhecimentos ideológicos. Embutido nestes valores está uma compreensão do presente, da ordem, da calma em aceitar resignadamente, o "destino" determinado pela classe dominante. Além disso, a escola passa aos estudantes um projeto do futuro que certamente é a perpetuação do capitalismo e de todas as suas implicações.

A escola pública, ao mesmo tempo que procura reproduzir a ordem dos valores sociais dominantes do capitalismo, reflete as contradições do sistema em que se insere. Isto permite dizer que a luta de classes está presente no interior da escola pública e manifesta-se de diferentes formas e em diferentes momentos, vejamos algumas formas:

O autoritarismo, legitimado pelas leis vigentes, procura excluir pais, mães, estudantes e até professores dos processos deliberativos da escola. Isto não quer dizer que o diretor é sempre o guardião da ordem burguesa. A definição do currículo escolar, a aplicação de verbas, os critérios de avaliação e métodos de ensino são questões resolvidas pelos que se sentem donos ideológicos da escola.

Outro aspecto significativo é a postura de que existem "os que sabem tudo" e "os que não sabem nada", ou seja a experiência de vida luta e participação social da classe trabalhadora são menos epifenômenos sob o ponto de vista da escola atual.

Em decorrência disso, as atividades na escola acabam sendo mera reprodução do conhecimento culto. Não existe a finalidade de elaborar, recriar o conhecimento e a cultura. Até as formas de comunicação de parte da população (gírias, "nóis vai", "nóis é", "a gente fomos") são discriminadas, exigindo e muito mais o formalismo culto do que a criatividade transformadora.

O preconceito racial, a submissão da mulher, a competição, a violência para com a criança (castigos corporais) são valores passados e reproduzidos.

A escola que temos é a escola desvinculada dos problemas da comunidade; desvinculada enquanto localidade e desvinculada dos problemas e esperanças da classe social que frequenta a escola.

Há ainda os que defendem a neutralidade das habilidades cognitivas ou psicomotoras. Na realidade, as habilidades desenvolvidas na escola aumentam a divisão social do trabalho, automatizando o trabalho, transformando essas atividades em meras mercadorias. O que se embuti,

nesta visão de habilidades é que "não cabe ao engenheiro colher arroz ou não cabe ao operário fazer poesia". No feudalismo os senhores feudais desenvolviam uma habilidade técnica a militar. Portanto cada classe desenvolve as habilidades técnicas que mais lhe convém. A formação do ser humano, com habilidades integrais para com a vida, na realidade que o dimensiona, não é objeto da escola que temos.

Não defendemos uma escola pública burguesa competente. Trata-se de criarmos uma escola que aponte para a emancipação da classe trabalhadora, é na construção de um conhecimento de classe, no desenvolvimento de uma cultura popular e de resistência refletindo a atualidade viva do movimento social, quer na discussão de projetos de construção de uma sociedade solidária e socialista.

Temos claro que a possibilidade da construção de uma escola pública popular, como um dos elementos constitutivos da emancipação da classe trabalhadora é uma discussão ainda muito recente. No entanto é imprescindível a participação ampla de pessoas comprometidas com a função da transformação social (educadores, comunidade escolar trabalhadores, sem terras, etc). "O que faz uma pessoa assimilar tal função, não é este ou aquele conhecimento teórico científico que lhe foi transmitido, mas sua disposição ideológica de ser um agente transformador" (Damasceno, 1988:242).

Em nome da transmissão do conhecimento universal, da competência técnica, da ciência, do desenvolvimento de habilidades o que se tem passado é a domesticação das classes, os valores e a cultura dos dominantes, mesmo porque, o conhecimento, a técnica, a ciência e a habilidade não serão desprovidas de ideologia, não paira acima dos interesses de classe.

Quanto mais o trabalhador se interessa pelo conhecimento de suas lutas, de hoje e do passado, quanto mais ele quer analisar as diferentes experiências revolucionárias, onde ele, enquanto agente social, venceu ou foi derrotado, "tanto menos as nossas escolas atraem esses trabalhadores". (Gadotti, 1980: 123)

Propostas:

1ª) A escola pública popular deve ser um espaço privilegiado de produção do conhecimento, manifestação cultural e também, um centro que trabalhe a realidade e perspectivas, gerais e específicas, da comunidade escolar, isto é, da classe social e do bairro em que está localizada.

2ª) A escola pública populares deve estar voltada materialmente (acesso, vagas, horários, etc.) e politicamente aos interesses da classe trabalhadora.

3º) A escola pública popular deve ser um processo democrático de tomada de decisões. Democracia não significa harmonia, mas sim que a coletividade deve defender seus interesses e necessidades.

3. ESPAÇOS ALTERNATIVOS DE EDUCAÇÃO POPULAR

Conceituamos os espaços alternativos, como sendo um conjunto de atividades desenvolvidas fora do controle do aparelho de estado, fora do controle político e normativo das classes dominantes.

Neste sentido, a educação popular alternativa é uma atividade complementar ao partido político, sindicato e movimento popular. É um instrumento da classe trabalhadora na construção de sua emancipação e não ocorre à margem da luta de classes.

A não existência desses espaços alternativos de educação popular, deixa vazio uma das possibilidades de formação do sujeito enquanto agente transformador. É fundamental um novo conhecimento coletivo, que advém da sistematização das experiências e atividades políticas, ou mesmo na reconstrução da trajetória histórica da classe trabalhadora.

Propostas:

Que os sindicatos, partidos políticos e movimento popular promovam cursos e debates com:

1º) Sistematização política das experiências de luta da classe trabalhadora;

2º) Atividade teórica de reconstrução da história da luta da classe trabalhadora, segundo sua própria perspectiva;

3º) Instrumentalização técnica:

*Alfabetização dos militantes que não tiveram acesso à este processo.

*Cursos de gráfica, comunicação visual e outros.

3.1. ESPAÇOS ALTERNATIVOS

A imagem que normalmente se faz de uma escola é aquele local que, à semelhança de um templo, destina-se aos iniciados. Iniciados no saber estabelecido pela burguesia.

O 1º grau prepara terreno para o 2º grau que por sua vez seleciona para o 3º grau. Claro que neste processo cada um é colocado em seu devido lugar: alguns não completam o 1º grau, outros mal saem do 2º grau e à poucos se abrem as portas do 3º grau. O nível de formação do cidadão determinará a posição deste na estrutura de produção capitalista e assim tudo tende a se perpetuar.

Desta maneira, a percepção de que o sistema educacional é um agente opressor é imediata, pois além do conhecimento não se distri

buir de forma equitativa dentro do corpo social, aquilo que é fornecido passa por um processo seletivo: só interessa ensinar aquilo que o cidadão utilizara no trabalho.

Aqueles cuja formação é superior (dentro da ótica burguesa) atuam como porta vozes do poder. Mesmo explorado, utilizado, é exatamente este técnico que, com sua linguagem específica, procura justificar determinada medida político-econômica.

Se o cidadão pode discordar do discurso de um administrador, dificilmente ele poderá discutir com um técnico. Afinal, o "doutor" sabe das coisas.

O que se propõe é a criação, paralelamente aos processos de alfabetização, de espaços para a socialização do conhecimento.

A escola serviria, portanto, para a realização de cursos cujos conteúdos atenderiam às necessidades das comunidades. Não no sentido de se resolverem os problemas, mas na tentativa de se criarem instrumentos técnicos e políticos para avançar a organização popular. Uma comunidade que possui entendimento ao discurso da classe dominante pode muito bem desmontá-lo em benefício de ter suas reivindicações atendidas. Questões, desde a estrutura formal da sociedade (Constituição, Direitos Trabalhistas, orçamento, Economia) até situações mais próximas (escorregamentos, enchentes, uso e ocupação do solo), podem ser trabalhadas nesses cursos, que se realizariam aos fins de semana, às noites, sendo ministrados por pessoas dispostas a socializar seus conhecimentos (médicos, engenheiros, economistas, advogados, agrônomos)

Eliminar o temor, quase reverência, que se cria em torno do "doutor", tornar inteligível a linguagem especializada é importante até mesmo para que a própria população estabeleça uma nova concepção daquilo que deve ser uma escola.

4. QUESTÕES ESPECÍFICAS

4.1. EDUCAÇÃO ESPECIAL

Seguindo a mesma linha de análise colocada nos princípios gerais que defendemos, colocamos em discussão, quanto à educação especial, o seu caráter assistencialista, paternalista e discriminatório. As propostas atuais visam enquadrar todos indivíduos dentro de um determinado "padrão" pré-estabelecido, de acordo com o modelo capitalista, que prioriza a inserção nas atividades produtivas e portanto "tenta" desenvolver as habilidades e conhecimentos necessários para cumprir essa tarefa. Dessa forma, aqueles que conseguem atingir estes critérios'

são considerados integrados ou reintegrados à sociedade, e aqueles que não os atingem são segregados, marginalizados. Nesta condição estão colocados desde os ditos deficientes, os loucos, os "criminosos", até aqueles que não tem um bom aproveitamento escolar. Neste quadro tanto na Educação quanto na Saúde, toda orientação se faz sob os critérios de normalidade e anormalidade que são estabelecidos pelo modelo capitalista, embora em outros modelos também orienta-se por estes critérios (Idade Média, Feudalismo, etc.). Todos os processos de Educação Especial e de tratamentos de saúde são extremamente autoritários e impositivos visando escamotear o direito à livre expressão dos indivíduos, negando suas formas naturais de expressão e obrigando-os a assimilarem; incorporarem outras formas de expressão que não lhes garantem uma perspectiva de vida digna, livre e plena bem como sua tão propalada integração com a sociedade.

Todo o atendimento a este grupo de indivíduos encontra-se concentrado nas mãos da iniciativa privada e é fonte de elevados lucros, atendendo exclusivamente às elites. À classe trabalhadora restam as instituições públicas que são reduzidas e em sua maioria estão no total abandono, não cumprindo sequer o papel aqui caracterizado. A maioria da classe trabalhadora, da população, não chega a ter qualquer tipo de atendimento resultando na super-exploração do trabalho, na mendicância, na criminalidade, etc.

Diante desta análise, defendemos uma nova visão, um novo enfoque e uma nova prática para a superação deste lamentável quadro. Para iniciarmos a discussão sobre esta nova visão, é necessário que nos dispamos dos atuais conceitos que orientam a nossa visão deste tema.

Esta nova visão passa pela compreensão de que a educação e a saúde deste grupo de indivíduos é responsabilidade de toda a sociedade e deve-se pautar pelo respeito aos direitos de livre forma de expressão destes mesmos, aceitando-os como são, compreendendo as suas formas de expressão, passando por uma processo de ampla informação e assimilação destas diferentes formas de expressão.

Neste sentido, propomos o fim da Educação Especial, dos manicômios, etc. Somente um atendimento conjunto com todos os indivíduos sem discriminação pode garantir a superação dos atuais equívocos existentes.

Na área educacional, queremos o fim das classes especiais e a introdução de uma prática que realize desde a creche uma integração entre todos os alunos. O convívio será responsável pela criação de uma nova mentalidade nos indivíduos que passarão a compreender que todos têm as mesmas possibilidades, embora hajam diferenças, mas que não de terminam uma segregação.

Neste processo é fundamental uma árdua reflexão dos profissionais para que sua prática se combine com esta nova atitude e ma-

neira de focar este tema. Por exemplo: o professor deveria utilizar-se das diferentes formas de linguagem em sua aula para que todos os alunos possam compreendê-la. Dessa forma ele contribuiria para que todos assimilassem outros tipos de linguagem e possam integrar-se com todos os frequentadores da classe e da escola.

O método que garante a viabilização deste processo é a Linguagem Total, através do qual apresenta-se para a criança todas as formas de linguagem e ela determina qual a que melhor atende as suas necessidades. A Linguagem Total trabalha com a apresentação da linguagem oral, gestual, escrita, pictórica, gráfica e sensorial, garantindo assim amplas possibilidades à todos sem fazer um processo de discriminação.

Compreendemos que é de fundamental importância a vivência destes indivíduos sem encarceramento para realmente ocorrer uma nova compreensão da questão.

Não devemos ter uma atitude paternalista mas sim, que a Educação Especial seja uma entre as várias formas de discussão, organização e superação do patamar em que se encontra hoje este grupo de indivíduos. Primeiro, pela desmistificação dos atuais conceitos e compreensão que se faz hoje, iniciando-se pela aceitação de suas formas de expressão e permitindo a estes que possam desenvolver suas potencialidades e organizar-se em função de seus interesses através destas formas. Em segundo lugar, garantir a participação dos deficientes adultos na elaboração desta nova perspectiva, bem como introduzir à nível dos cursos de formação profissionais esta nova visão.

Esta tese pretende lançar à discussão destas questões que não consideramos acabada e sim aberta à contribuição de todos.

Compreendemos que no atual estágio da situação é necessário propor medidas, métodos, estratégias para este momento imediato, sendo assim lutamos:

*Pela ampliação do atendimento público de educação e saúde para os deficientes, loucos, criminosos, etc., de boa qualidade;

*Pela utilização da Linguagem Total nas escolas, postos de saúde e hospitais;

*Pelo fim de toda discriminação;

*Pela integração do atendimento escolar e de saúde;

*Pelo atendimento precoce aos deficientes;

*Pela organização de uma ampla discussão com toda a sociedade sobre esta questão;

*Para a participação dos representantes destes grupos nas decisões gerais e específicas na área de Saúde e Educação principalmente;

*Pela distribuição e manutenção gratuita de próteses de todas as espécies;

* Pela adequação física dos espaços da cidade aos diferentes indivíduos;

*Pela introdução da Linguagem Total nos meios de comunicação;

*Pela livre expressão dos indivíduos.

4.2. EDUCAÇÃO (ALFABETIZAÇÃO) DE ADULTOS

Pedagogia constitui, na acepção da palavra, um conceito além do conceito formal, ou seja, o termo "pedagogia" ultrapassa a própria palavra, entendida usualmente. Isto corresponde a dizer que nós entendemos Pedagogia no próprio processo de luta do proletariado (desde greves, movimento popular, até o processo de alfabetização de adultos passando pela luta rumo ao socialismo).

PEDAGOGIA DO PROLETARIADO, eis a definição. Não é algo a ser ensinado como, por exemplo, ensinar a escrever, mas é algo a ser aprendido. Quando colocamos que a Pedagogia é a forma de se chegar à Ditadura do Proletariado, afirmamos que é a luta cotidiana executada pelos partidos do proletariado, que levará a este processo político. Não estamos esquecendo a história, nem estamos sendo reformistas, mas queremos colocar que pedagogia, no caso, é o processo de lutas da classe proletária, que muitos trabalhadores logram em participar de vido à mídia burguesa.

Captar estes trabalhadores fora da luta e trazê-los para a luta, esta é a função da pedagogia do proletariado. Não devemos esquecer que os sindicatos pelegos estão tirando da luta uma considerável parcela de trabalhadores; que a mídia burguesa, que o modo de vida pequeno-burguês e burguês, expresso pelos meios de comunicação, que a falha dos movimentos sindicais, que os erros são fatores que afastam os trabalhadores do processo de luta. Evitar que o proletariado se afaste das lutas é construir, por meio de Sindicatos e Partidos Revolucionários, a consciência de classe. A consciência de classes, sua construção, assim como a construção dos Partidos Revolucionários, é o que seria a Nova Pedagogia do Proletariado.

A parcela de trabalhadores sindicalizados, não devemos esquecer, é muito pequena em relação ao todo da classe. A luta pela sindicalização passa pelo cerne da Pedagogia do Proletariado. Por que? Porque a pedagogia do proletariado tem o entendimento de que a luta de classe passa pela luta por melhores condições de trabalho e salários. Mas além disso, entende que essa luta deve ser politizada e deve conter a formação do acirramento de classes. Acirrar as classes,

mostrar (ou ter coragem de...) que há divisão de classes, mas não só instruir, cooptar os trabalhadores para derrubar a burguesia. A consciência de classe é a pedagogia para se chegar a tal nível político. Por isso, toda consciência de classe é uma pedagogia do proletariado e a pedagogia do proletariado é a consciência de classe do proletariado.

Esta pedagogia, então, é a consciência de classe, e a consciência de classe é a forma de se chegar à ditadura do Proletariado.

MONOPÓLIO DA PALAVRA

O monopólio da palavra significa, antes de tudo, a apropriação do conhecimento por uma parcela reduzida, privilegiada, por ter tido acesso à informação que a maioria da população (formada por trabalhadores, operários e camponeses) não teve.

Estas informações produzem a possibilidade de aqueles que possuem (e controlam) dominarem o uso da palavra, dominarem o discurso, dominarem o conhecimento e, assim, criar uma linguagem que nem todos compreendem. Este é o monopólio da palavra.

Basta tentar entender a linguagem do Ministro da Fazenda: é o caos! Quem entende o que é "indexar", "deflacionar", "over", "open" "taxa de juros", etc. Ou seja, aqueles que conhecem estes conceitos, utilizam todos de modo a criar uma linguagem que é distante dos trabalhadores.

Eliminar este monopólio da palavra é uma proposta da Pedagogia do Proletariado.

A NECESSIDADE DE UMA EDUCAÇÃO POPULAR DE ADULTOS

A alfabetização das classes populares no país, salvo poucas exceções, tem sido motivo de preocupação dos setores alheio a estas, na maioria das vezes ligados a iniciativas governamentais. Como o povo não tem acesso à elaboração das propostas destes movimentos alfabetizadores, bem como os interesses destes grupos governamentais a alfabetização, em especial, a alfabetização de adultos não é norteada pelos interesses populares, estando bastante ligadas a um tipo de pensamento liberal-burguês.

Quaisquer que tenham sido suas denominações, estes movimentos alfabetizadores, estas "cruzadas pró-alfabetização", têm como tarefa básica, não indo além desta, capacitar a população, introduzindo-a no mundo dos números e do "ABC". Desta forma, vemos que estes movimentos falham. Falham no exato sentido de não estarem propondo a estes setores da população brasileira uma educação popular e revolucionária. A partir destas reflexões surgem alguns questionamentos bastante importantes: Qual seria a diretriz, ou as diretrizes básicas que impulsionariam um movimento de educação popular na cidade de

São Paulo e no restante do Brasil? Quais os grupos a serem ouvidos na elaboração da proposta desta educação popular de adultos?

O Brasil é um país do terceiro mundo. Uma população pobre formada de brancos, índios e negros, onde existe uma falsa idéia da democracia racial. Um país onde aproximadamente mil crianças morrem diariamente vitimadas pela fome e 1% dos mais ricos controlam quase 70% da riqueza nacional. Assim, afirmo que uma verdadeira campanha de erradicação do analfabetismo e educação de adultos deve ter a participação de todos os segmentos da população brasileira : educadores, operários, bóias-frias, lavradores, moradores do morro e sem terra, empregadas domésticas e lavadeiras, etc... Deve ser um modelo educacional com os valores desta população, sempre alijada dos programas educacionais do governo. Mais do que tudo deve ser uma educação popular de adultos que traga o educando como seu sujeito, e se empenhando na conscientização do povo, construa os caminhos para que este se liberte de sua situação de pobreza e transforme a realidade histórica do país rumo ao socialismo.

EDUCAÇÃO DE ADULTOS: PROPOSTA PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA PEDAGOGIA DO PROLETARIADO

Esta tese é uma proposta que deve ser desenvolvida pelo debate, pelo estudo e por outras propostas acerca da pedagogia do proletariado. Iremos dar com esta tese uma contribuição para o entendimento e para a prática do que vem a ser pedagogia do proletariado, enquanto uma forma de construção da ditadura do proletariado, e, do que vem a ser a educação de classe enquanto uma forma de dominação (educação burguesa). Ou seja, iremos contrapor a forma educacional que a pedagogia do proletariado propõe: ser construída e utilizada dentro do sistema capitalista, para poder destruí-lo, criando uma nova visão de mundo pertencente à classe proletária - a necessidade histórica do comunismo advindo do socialismo.

- A) A educação burguesa
- B) A educação proletária - inserida no sistema capitalista.
- C) Concepção de educador/educando.
- D) Proposta prática: a pedagogia do proletariado - a escola do trabalhador.

O EDUCADOR E A PEDAGOGIA DO PROLETARIADO:

Sua aplicação pressupõe que o educador esteja engajado na luta pela emancipação do proletariado; e preciso que ele se sinta como um elemento dessa emancipação. Para tanto, e preciso que ele tenha e pratique a consciência de classe. Isto só é possível se ele o educador, estiver na luta junto ao proletariado - esta, na concepção gramsciana de educação e pedagogia, seria a forma pela qual seria possível estabelecer um laço entre o intelectual orgânico e a classe, no caso a proletária. Não se deve esquecer que há educadores ligados à burguesia... - o que deve ser combatido. Esta luta é a educação do educador. Assim como, o educador estará educando o proletariado, o proletariado estará educando o educador. Este é o processo de negação da 'educação bancária' (Paulo Freire).

À quem interessa a pedagogia do proletariado?

- partidos políticos
- sindicatos
- movimentos populares
- à administração dos trabalhadores.

ALFABETIZAÇÃO POLITICA E ALFABETIZAÇÃO CONCEITUAL

POLÍTICA: Aprender a escrever aquilo que ele viveu, vive e conhece. O processo do diálogo: através do diálogo ele poderá necessariamente se expressar; que ele terá a chance de se expressar; que não haverá monopólio da palavra. Através do diálogo ele poderá perceber-se enquanto pertencente à uma classe. Redigindo sua própria história serão as letras de sua alfabetização.

CONCEITUAL: Apresentar-lhe os símbolos, os seus significados e as articulações que os envolvem. Isto sempre a partir da representação de vida, o que para a pedagogia do proletariado, possui importância fundamental. É a história de vida que irá unir o saber técnico (conceito) e o saber político (a história da vida). A união representará uma criação de um modo de pensar eliminado pela visão de trabalho e pelo monopólio da fala e do discurso, e, ainda centrado pela fragmentação e especialização do saber e da ciência. A articulação das várias áreas do saber: processo fundamental para a pedagogia do proletariado.

I
N
T
E
G
R
A
Ç
Ã
O

Linguagem e Expressão de vida
Expressão de vida e Produção da Linguagem
Matemática e Expressão de vida
Ciências Físicas e Biológicas e Expressão de vida
História e Expressão de vida
Geografia e Expressão de vida
Sociologia, Política e Filosofia
Psicologia (desmistificação)
Arte

4.3. EDUCAÇÃO INFANTIL

As creches municipais tiveram seu início a partir dos movimentos populares da grande São Paulo, com o objetivo de liberar a mulher, enquanto mão de obra, para o mercado de trabalho. Esta perspectiva era condizente com as propostas da sociedade capitalista que, ao atender tais reivindicações deixava de possibilitar a discussão quanto às reais razões da mulher precisar sair para este mercado. Usando a chamada "liberação da mulher" a questão do baixo salário, falta de condições de vida da classe trabalhadora, seus direitos e sua participação na transformação da sociedade, passa despercebida, na medida em que a família é inserida no mercado de produção e sendo desvinculada das lutas gerais da classe trabalhadora.

No capitalismo, a família tem como função a acumulação de capital ou a garantia da reprodução da força de trabalho. A reprodução dos conceitos ideológicos da sociedade capitalista. Neste sentido, a família tem um papel dominante sobre a educação dos filhos, resultando na maioria, num comportamento individualista e competitivo da criança.

As creches que foram criadas neste sistema, assumindo um papel assistencialista, vem reproduzindo os conceitos acima citados; deixando de lado seu papel sócio-político e educativo.

Nos últimos anos, a luta por creches foi levantada também nos movimentos sindicais, sendo incorporada pela CUT em seu congresso de 86, onde o objetivo é de que a creche seja um direito da criança, sendo assumida pelo Estado e não somente para que a mulher se libere de uma tarefa tão fundamental para a sociedade, que é a educação das crianças.

Por considerarmos que a educação é uma das formas de conscientização da classe trabalhadora, em busca da transformação da sociedade; acreditamos que o início deste processo tem sua origem na formação do ser humano, desde sua infância. Assim, a educação infantil (de 0 a 6 anos) de ser uma responsabilidade da sociedade, viabilizada materialmente pelo Estado; com o objetivo de criar formas de politização da família, através do trabalho sócio-político e educativo que deve ser desenvolvido.

A partir desta reflexão, nossa proposta é de os equipamentos que trabalham com educação infantil (creches/EMEI's) tenham um papel transformador da sociedade.

O fato da criança estar em um ambiente junto com outras crianças permite sentir-se em igualdade, favorecendo a sua socialização e seu desenvolvimento de forma mais plena (não reproduzindo os conceitos da sociedade capitalista)

Desta forma, a família e especificamente, a mulher deixa

de ter uma atividade monopolística de educação de seu filho, que lhe foi atribuída secularmente pela sociedade capitalista; para libertar-se e perceber-se enquanto elemento transformador da sociedade, fazendo parte da luta da classe trabalhadora e de suas lutas por questões específicas enquanto mulher.

Dentro dessa análise passamos a ressaltar as deficiências que ocorrem hoje em dia no sistema educacional de 0 a 6 anos, bem como propostas políticas alternativas.

Atualmente as creches apresentam dificuldades de funcionamento, seja no campo dos recursos humanos, a nível interno; quanto à orientação técnico-administrativa que tenha por objetivo um avanço do trabalho sócio-político e educativo. É importante ressaltar que na última administração, por atender aos interesses da classe dominante, tanto as creches como os demais setores educacionais ficaram em total abandono, em todos os níveis (recursos humanos, alimentação, manutenção, supervisão e/ou orientação psico-pedagógica, social, etc.).

A divisão existente entre creches e EMEIs (que trabalham com educação infantil), tanto por secretarias, quanto pelos programas apresentados, leva uma realidade distinta, onde o papel do Estado enquanto educador no sentido mais amplo deixa de existir; dando lugar ao assistencialismo. Hoje temos creches que atendem de 0 a 4 anos e outras de 0 a 6 anos. A demanda das creches na faixa de 5 a 6 anos é levada para as EMEIs que não apresentavam estrutura para recebê-las por período integral. Aqueles que receberam, na sua maioria, deixam as crianças passarem por 2 ou 3 turnos com professores e atividades diferentes; acarretando um excesso de desgastes, além de sérias alterações no comportamento da criança.

PROPOSTA: As creches e EMEIs, que trabalham com a educação infantil, deverão unificar e ampliar sua forma de trabalho educativo através da criação de um espaço de discussão aberto, onde as famílias atendidas e a comunidade possam participar da elaboração das propostas (currículo) sobre os processos político-pedagógicos e sócio-educativos a serem desenvolvidos, além de criar uma estrutura física que permita o desenvolvimento desta proposta.

É necessário definir uma política de atendimento atualizada uma vez que os critérios atuais estão obsoletos, bem como uma política de gerenciamento voltada para uma nova visão de educação, com a participação da comunidade, respeitando as especificidades locais.

Para que se torna viável uma proposta de educação com os objetivos já levantados, torna-se de fundamental importância que haja uma formação profissional e renovação periódica de conhecimentos para todas as funções, além de uma supervisão efetiva e criativa, garantindo assim que os profissionais que trabalham nestas áreas te

tenham um compromisso com a educação e politização da classe trabalhadora.

Acreditamos que uma proposta educacional, onde haja participação de toda a comunidade, deverá passar por constante avaliação e acompanhamento, tanto em relação aos programas quanto no desempenho dos profissionais.

Todo este processo torna-se viável com a reorganização dos Conselhos de Escola (EMEIs) onde já existam, dando-lhe real função e a criação deles onde nunca foram criados (Conselhos de Creches).

Estes conselhos poderão ser uma das forças a garantir que haja uma direção democrática e compromissada nos equipamentos; o que não vêm ocorrendo atualmente.

No caso específico de Creches uma conquista que estava ocorrendo, em especial na Zona Sul, era a de férias coletivas. Na última administração da prefeitura, este direito foi tirado (e já vinha sendo questionado na administração anterior, tendo a justificativa de que creche não é escola e precisa atender as famílias da periferia. É claro que com esta afirmação caracterizou-se mais uma vez o assistencialismo; pois a preocupação não era de conscientizar as mães (na maioria empregadas domésticas) de seus direitos trabalhistas (férias anuais, por exemplo.) nem de permitir que as crianças e os próprios profissionais tenham uma avaliação e planejamento de novas atividades.

Portanto acreditamos que a reconquista das férias coletivas poderá garantir a melhor qualidade de trabalho. Ao contrário, torna-se necessário a redefinição do quadro de funcionários, que é insuficiente para a realização da férias escalonadas.

Com a reestruturação feita na administração anterior, as pajens passaram a ser denominadas ADI (Auxiliar de Desenvolvimento Infantil), sendo que as ADI's faziam parte de uma proposta de creche feita na administração Mário Covas, tendo a exigência ter o 1º grau completo, com 40 hs. semanais. Assim, atualmente há ADIs com 6:30 hs diárias (antigas pajens com exigência de primário) e ADIs com 8 hs diárias (com exigência de 8ª série); continuando a ocorrer estes erros até em contratações mais recentes.

Além das diferenças que ocorrem (horário e escolaridade) é importante lembrar que a conquista de 6:30 hs. diárias foi uma luta vitoriosa das pajens das primeiras creches, que passaram por experiências onde se comprovou ser este o limite máximo do trabalho de uma profissional com crianças. Extrapolar este limite pode acarretar sérios problemas na qualidade do trabalho, e principalmente para a profissional e para as crianças.

Portanto torna-se urgente a garantia de uma jornada igual (6:30 hs) para profissionais que desempenham a mesma função.

Para finalizar, lembramos que, além dos equipamentos diretos de responsabilidades das administrações (Estadual/Municipal), existem vários convênios que trabalham com crianças nesta faixa etária. É conhecida a realidade destes convênios, onde a situação é muito mais precária. Dentro da nossa proposta, a sociedade deveria assumir todas estas atividades, porém enquanto isto não ocorrer, deve haver uma redefinição da política de convênios.

4.4. A UNIVERSIDADE

A Universidade representa nos dias de hoje, uma das instituições chaves do processo social. Seu papel é formar quadros para exercerem funções qualificadas à nível da indústria, comércio, Estado. A Universidade é também um centro de pesquisa, cuja importância é grande significado para o funcionamento da sociedade capitalista.

Vivemos numa era na qual a ciência e a técnica em geral representam um papel determinante na condução da sociedade. A pesquisa está diretamente ligada aos processos de reprodução do capital. Neste sentido, toda e qualquer reflexão sobre o papel da pesquisa e do ensino devem partir-se por este prisma, ou seja, pela idéia de que o desenvolvimento tecnológico e científico representam um papel fundamental na condução das diretrizes sociais e política da sociedade.

Ao mesmo tempo, os patamares alcançados pela ciência, patamares estes de um elevado nível, encontram-se bloqueados na medida em que sua utilização é direcionada cada vez mais, segundo as necessidades do grande capital que financia, subsidia e interfere na produção científica.

Este quadro coloca a questão da universidade a grosso modo, a natureza das pesquisas nos dias que correm enquanto investimento. A pesquisa é, neste sentido, um ramo da produção, o que significa que suas diretrizes são determinadas pelas leis do mercado, pelos imperativos da maximização dos lucros, enfim das necessidades do capital.

Esta situação faz da Universidade não um centro de cultura e invenção, mas uma fábrica de especialistas, de profissionais aptos para exercerem funções no mercado de trabalho cada vez mais exigente e racionalizado. Representa neste sentido, a concretização da tendência do capitalismo em abarcar todas as manifestações sociais enquanto relação de troca.

Estas questões colocam na ordem do dia o fenômeno da

Proletarização do trabalho intelectual, proletarização esta que é glorificada pelo sistema na idéia dos peritos, dos especialistas, do engenheiro que sabe apertar um parafuso, mas não sabe como desapertá-lo. A própria estrutura de nossas Universidades tendem para isto de forma acelerada (vide os processos de departamentalizações). Isto pressupõe um trabalho intelectual parcelizado, no qual o indivíduo torna-se um conhecedor de um minúsculo ramo ~~parte~~ do conhecimento, mas desprovido de um conhecimento amplo. Um trabalho intelectual deste tipo é pela sua natureza um trabalho alienado. Neste sentido, a proletarização do trabalho intelectual conduz inevitavelmente à alienação.

A UNIVERSIDADE BURGUESA CLÁSSICA

A Universidade deita raízes nas velhas estruturas monásticas ligadas à Igreja. Esta origem condiz com as estruturas medievais. Na medida em que a sociedade européia vai sofrendo transformações este quadro começa a se alterar profundamente.

A burguesia desenvolveu-se culturalmente no seio da antiga ordem feudal. Este desenvolvimento corresponde ao seu crescimento econômico e político, cujo desfecho se dará com os processos revolucionários desencadeados a partir da Revolução Francesa.

O pensamento burgues representado historicamente por figuras como Maquiavel, Erasmo, Descartes, passando pelos Iluministas, irá se cristalizar, tornando-se hegemônico no interior da intelligentsia e das Universidades, o que significa que ao tomar definitivamente o poder político, a burguesia já havia se constituído enquanto classe portadora da hegemonia cultural de sua época.

O padrão de Universidade que haverá de se desenvolver nesta época (ascensão política da Burguesia) será norteado pela introdução de práticas tais como a anatomia e outras que eram proibidas pela Igreja. Tratou-se em suma dos conhecidos processos de laicização do ensino. Em outras palavras, a ciência passava a ser vista como algo que possui barreiras, que é universal e cujo fim é dar aos homens a possibilidade de se defrontar com a natureza de forma racional e objetiva, tendo em vista seus fins econômicos imediatos.

A Universidade burguesa que cristaliza-se dentro deste novo patamar, será uma Instituição que formará os quadros dirigentes da nova sociedade, ou seja as elites que haveriam de dirigir o Estado, As Colônias, o Exército, as Empresas, ao mesmo tempo em que funcionaria como algo que tornaria possível criar uma identidade cultural comum entre estas mesmas elites.

O tipo de ensino desta Universidade visava conferir um amplo leque de conhecimentos sem se ater às especializações. O que importava não era um saber técnico específico, mas um conhecimento filosófico que corresponde-se ao poder burguês e que conferisse a esta elite as condições necessárias na condução da economia, da sociedade e do Estado.

A UNIVERSIDADE BURGUESA ATUAL

O século XX é marcado por uma série de inovações no campo da aplicação tecno-científica na produção. Tais aplicações dizem respeito a inovações cujo eixo é: A informática, a eletrônica e a energia nuclear. O período entre 1914 e 1939 foi marcado por redução tanto na produção como no desenvolvimento de novas técnicas, o que significa que muitas descobertas ficaram potencialmente armazenadas à espera de um novo ciclo de crescimento econômico.

Com o advento da Segunda Guerra Mundial a Indústria bélica começou a absorver parte considerável de invenções até então armazenadas, ao mesmo tempo em que criou as pré-condições para o alargamento de novas invenções de forma acelerada. A bomba atômica não é o único exemplo, podemos considerar também o radar, as técnicas de miniaturização, o desenvolvimento de componentes no âmbito da eletrônica, etc. Tudo isto foi resultado de um intenso trabalho levado a cabo por institutos especializados que trabalhavam aceleradamente durante a segunda guerra.

Com o fim da Guerra, estes institutos continuaram a desenvolver seus projetos em razão da continuidade da pesquisa armamentista (guerra fria), bem como pelos novos padrões desenvolvidos no campo da produção de mercadorias. Estes padrões ligam-se à ampliação do setor de serviços e de uma maior sofisticação dos artigos de consumo (TV, Rádio, automóveis, eletrodomésticos, aviação comercial, brinquedos, etc)

Os êxitos alcançados pela aplicação da pesquisa tecno-científica na indústria armamentista, estimulou as grandes corporações a investirem pesadamente neste ramo. Por outro lado, os novos padrões de produção tornam-se quase impossível para qualquer grande empresa sobreviver se não investisse na pesquisa. Neste sentido, a pesquisa passa a ser um ramo fundamental no desenvolvimento da economia capitalista.

Desenvolvimento acelerado e em grande escala da pesquisa tecno-científica, significa a necessidade de mão-de-obra qualificada para exercer tais funções. Os laboratórios não podem funcionar sem esta mão-de-obra. O espaço natural para a formação de tais profissionais haveria de ser a Universidade. Porém a estrutura da Universidade clássica não oferecia tais condições. Tal situação é que iria determinar a transformação do padrão clássico da Universidade.

O novo padrão da Universidade não será mais o de uma instituição reservada para as elites dirigentes da sociedade, mas sim para a formação de profissionais tecnicamente qualificados. E dentro deste contexto que surgirá a chamada Reforma Tecnocrática da Universidade

Para tanto foi necessária que as estruturas da Universidade sofressem profundas transformações. A reforma visou ampliar as vagas, departamentalizar as áreas do conhecimento, bem como criar condições necessárias de propaganda enaltecendo a formação de peritos e especialistas

proletarização do trabalho intelectual, proletarização esta que é glorificada pelo sistema na idéia dos peritos, dos especialistas, do engenheiro que sabe apertar um parafuso, mas não sabe como desapertá-lo. A própria estrutura de nossa universidade tende rapidamente nesta linha (vide os processos de departamentalização). Isto pressupõe um trabalho intelectual especializado, parcelizado, no qual o indivíduo torna-se um conhecedor de um minúsculo ramo de produção, (conhecimento científico), mas desprovido de um conhecimento mais amplo. Um trabalho intelectual deste tipo e pela sua natureza um trabalho alienado. Neste sentido a proletarização do trabalho intelectual conduz inevitavelmente à alienação.

E preciso ressaltar que a proletarização, não significa e essencialmente um baixo nível de vida, mas a perda de acesso aos meios de trabalho, a subordinação crescente a exigências que não possuem ligação com suas exigências e aspirações.

A UNIVERSIDADE BRASILEIRA

A universidade brasileira surge no cenário histórico de forma tardia. As marcas do colonialismo e do conservadorismo de nossas elites ira nortear o ensino superior do país. No século passado praticamente não temos universidade propriamente dita, mas sim escolas isoladas, em geral faculdades de direito. O objetivo de tais escolas era de preparar as elites para dirigirem as coisas públicas e atuarem na nascente economia urbana que despontava.

As debilidades do ensino superior no Brasil, mostram-se desde o início debilidades crônicas, em geral compensadas pelo alongamento da formação acadêmica no exterior. Os marcos ideológicos de nossas escolas de ensino superior, serão atrasados, na medida em que a referência é a velha estrutura da Universidade portuguesa, aquilo que Oswald de Andrade chamou de "espírito Coimbra".

Nos anos trinta, em meio a processos de transformação, que se ligavam ao chamado fim da República Velha, as elites mais lúcidas do país levarão adiante a luta pela implantação da universidade brasileira e a USP surge neste contexto. A burguesia ilustrada e avançada da época, corporificada nas figuras de Juli Mesquita, Armando Sales de Oliveira e outros conseguirão tornar o sonho da universidade possível. O surgimento da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas significará o início da idéia de se criar no país um marco da produção científica. O modelo é a Universidade clássica Francesa. Inúmeros professores e cientistas europeus irão estar presentes na formação deste projeto.

Os frutos deste projeto surgiram com o tempo, figuras como Florestan Fernandes, Roger Bastide, Mário Shemberg e outros são

filhos deste projeto. Bem ou mal a universidade brasileira dará seus primeiros passos, tanto no campo da pesquisa e da invenção.

Nos anos 60 as lutas pela democratização na sociedade irão nortear a universidade, fazendo desta um polo de luta de grande importância. A massa universitária irá engajar-se nos processos sociais de forma apaixonada. Mas a contra-revolução vitoriosa com o golpe de 64 irá ao contrário do que senhavam as massas universitárias, desencadear a reforma tecnocrática através de acordos MEC-USAID. A contra-revolução irá também incrementar o alargamento do ensino particular.

A reforma tecnocrática da universidade brasileira dar-se-á num solo de contra-revolução. O grande capital estrangeiro irá massivamente ligar-se aos destinos da universidade brasileira. FIFSP, FUNDAÇÃO FORD e outros farão da universidade seu campo de provas. Mas mesmo assim a massa de professores e estudantes vão resistir, vão criar meios de expressão e luta (UNE, ANDES e nos dias que correm o SOS UNIVERSIDADE). A produção apesar de relativamente esfacelada, mostrar-se-á capaz de surpreender. Em suma a universidade brasileira lutará apesar dos pesares.

Podemos dizer que mesmo assim, os destinos da universidade brasileira liga-se aos caminhos do processo revolucionário. Romper com os padrões dependentes e neo-colonialista de nossa sociedade é a saída para a universidade, só que isto vai além dos muros desta. Liga-se ao movimento operário, ao aprofundamento democrático e à revolução socialista. Isto pressupõe o rompimento com o "umbiguismo" que caracteriza nos dias atuais grande parte da massa estudantil. Significa lutar contra o aparelhamento da universidade pelas grandes corporações, colocando esta no campo daqueles que lutam pelas transformações sociais.

Concluindo: a universidade brasileira vive o dilema de se afirmar enquanto correia de transmissão da ordem imperialista ou tornar-se um centro inventivo que se ligue às aspirações das grandes massas de trabalhadores.

Neste sentido propomos:

Que a universidade não seja um mero espaço de transmissão de conhecimento previamente determinados, mas sim da produção de um conhecimento que se ligue às necessidades concretas da população.

Que o movimento popular e sindical participe nas decisões da universidade.

Que as pesquisas sejam financiadas pelo Estado no intuito de favorecer a classe trabalhadora.

Fim do exame seletivo e ampliação das vagas para toda a população.

Fim do ensino pago, o que significa encampação das escolas privadas pelo Estado.

Que o acesso à bolsas de iniciação científica seja o mais amplo possível

Que o ensino e a pesquisa passem a possuir uma ligação mais orgânica.

Fim das departamentalizações, e implementação imediata de formas mais eficazes de interdisciplinalidade.

Entendemos ser necessário reestruturar e democratizar os organismos e instâncias de decisão da Universidade, de modo que neste se façam presente (por meio de representação no movimento operário), os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, no que diz respeito à produção científica e formação profissional.

Que as entidades legítimas de estudantes, professores e funcionários sejam as instâncias soberanas no que diz respeito à seus interesses bem como dos interesses da universidade.

Entendemos que as propostas das entidades representativas do meio universitário devem também mostrar nossas reflexões.

4.5. 1º E 2º GRAUS

Algumas noções, existentes hoje, sobre os objetivos do ensino de 1º e 2º graus que precisam ser questionados:

Uma dessas noções, é que o ensino deve ser "preparatório", isto é, o 1º grau prepara para o 2º, e o 2º para a universidade. Neste caso tanto o 1º, quanto o 2º grau perdem sua identidade, pois quem vai definir os conteúdos dados será, em última instância, a universidade. Considerando que uma pequena minoria chega ao 3º grau, tal objetivo deixa de ter sentido. A segunda noção a ser questionada é o objetivo profissionalizante da escola pública. O ensino tecnicista no Brasil não prepara mão-de-obra especializada, mas, mesmo que preparasse, o compromisso da escola pública, que recebe verba pública, é de desenvolver no estudante um agente social da sua própria vida em sociedade e não preparar mão-de-obra dócil para as empresas particulares. Há uma responsabilidade maior. A escola pública tem mais responsabilidade para com a sociedade, considerando a grande massa de filhos de trabalhadores que a frequentam; do que com o lucro extraído da força de trabalho.

Pensar o 1º e o 2º graus é um pensar político, ou se favorece a perpetuação da exploração da mão-de-obra, ou busca-se uma transformação social, colocando um novo conjunto de prioridades e valores sociais.

PROPOSTAS QUANTO AO MÉTODO:

- Pluralizar as formas de linguagem (expressão oral, visual, escrita, gráfica, musical)
- Teorizar sobre a questão trabalho/produção.
- Desenvolver as diferentes formas de relação do ser humano com o mundo.
- Trabalhar as diversas disciplinas de forma integrada e ligada a realidade do estudante.

5. LUTAS E REIVINDICAÇÕES

GERAIS:

- Renúncia do Sarney,
- Não pagamento da Dívida Externa.
- Reforma agrária sob o controle dos trabalhadores.
- Reajuste mensal de acordo com os índices do DIEESE.
- Reposição das perdas salariais.
- Livre acesso aos meios de comunicação (rádio, TV, jornal)

EDUCAÇÃO

- Verbas públicas específicas para a educação pública
- Conselho deliberativo em todas as escolas creches, universidades, cujos presidentes devem ser eleitos pelos membros do conselho.
- Eleição do Diretor sem exigência de pedagogia.
- Não municipalização do ensino.
- Existência de um único cargo, o de professor.
- Extinção das APMS
- Piso salarial nacional
- Superação da concepção tecnicista da educação, pela inclusão das disciplinas de filosofia, sociologia e psicologia, no núcleo comum das grades curriculares.
- Que a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) seja elaborada com a participação da comunidade escolar, entidades sindicais da educação, entidades estudantis e entidades sindicais de trabalhadores, a CUT.
- Construção da greve nacional dos professores e da greve geral de todos os trabalhadores.

Esta tese foi elaborada pela comissão de Educação e

Cultura do PT- Zona Sul

Alfredo, Claudete, Márcio Luiz, Márcio Kondo, Marcos, Maria do Carmo, Maria Luiza, Mário, Mauro, Aíva, Paulo Henrique, Paulo Eneas.